

A desterritorialização enquanto risco antrópico. Análise a propósito da representação da insegurança nos filmes *Still Life* (2006) e *Home* (2008)

João Luís J. Fernandes

Departamento de Geografia de Coimbra

CEGOT

jfernandes@fl.uc.pt

Resumo:

As dinâmicas territoriais estão marcadas pelas condicionantes da localização geográfica. Contudo, dependem também dos atores e das assimétricas relações de poder que conduzem o processo. Em muitos casos, o Estado e as políticas públicas estão entre os fatores que mais têm conduzido essas mudanças. No entanto, partindo do princípio que se procura o bem comum, nem sempre se conseguem salvaguardar alguns direitos individuais. Essas intervenções acabam, muitas das vezes, por desterritorializar comunidades e criar tensões e conflitos nas apropriações do espaço.

No texto que se segue, estes riscos são ilustrados pela análise de duas obras cinematográficas: *Still Life* (2006) e *Home* (2008). Classificadas algures entre a ficção e o documentário, estes dois filmes reportam e discutem realidades geográficas relevantes na análise de casos empíricos em países como a China, a Índia ou mesmo Portugal. As barragens, num caso, e as rodovias rápidas, no outro, são apresentadas como infraestruturas que, em determinadas circunstâncias, apresentam potenciais riscos de desterritorialização de populações. Ainda que se tratem de filmes com uma componente ficcional, estes acabam por deixar alertas sobre o necessário enquadramento geohumano dos grandes investimentos públicos em obras que devem atenuar as externalidades e os riscos de desterritorialização.

Palavras-chave: Desterritorialização. Barragens. Rodovias. Cinema.

Abstract

Deterritorialization as an anthropic risk. The representation of insecurity in the movies Still Life (2006) and Home (2008)

Territorial dynamics almost always are the result of asymmetrical power relations. In fact, these dynamics are marked by the constraints of location, but are also linked on the actors who force the process. In many cases, the role of state and public policies are among the factors that have driven these changes. Despite those public policies seek the common good; it cannot always protect certain individual rights. These interventions often trigger community deterritorialization processes and create tensions and conflicts in the appropriations of space.

In the text that follows, these risks are illustrated by the analysis of two films: *Still Life* (2006) and *Home* (2008). Classified somewhere between fiction and documentary, these two movies report and discuss relevant geographic issues on the analysis of empirical cases in countries such as China, India or even Portugal. The dam, in one hand, and fast roads, in the other, are presented here as infrastructures that, in certain circumstances, have the potential to affect and deterritorialize populations. Although those cinema works have a strong component of fiction, they end up leaving warnings about the necessary human concern of public policies that should mitigate the externalities and risks of dispossession.

Keywords: Deterritorialization. Dams. Roadways. Cinema.

“Para quem vive na maior parte das fajãs de São Jorge, em permanência, ou para quem lá vai por períodos curtos, o risco de sofrer o efeito de derrocadas é grande. Os mesmos processos (hazards) que estiveram na origem das fajãs de escombros podem repetir-se. O pouco espaço disponível e as dificuldades que se colocam a uma fuga rápida, resultantes dos desníveis de 600-800 metros, por vezes em arribas quase verticais, levam a que a vulnerabilidade seja muito elevada”

FERNANDO REBELO (2004: 68)

Este artigo não tratará de fajãs nem de derrocadas ou deslizamentos. No entanto, na frase (REBELO, 2004: 68) que serve de abertura a este texto, estão os conceitos e está parte essencial do que mais preocupa o geógrafo físico mas também o geógrafo humano quando se estuda a relação das populações com os espaços geográficos que estas apropriam e a partir dos quais constroem territórios pessoais ou coletivos. Os riscos e as vulnerabilidades, na forma como são discutidos e trabalhados por Fernando REBELO (2010), contribuem para aprofundar e clarificar o foco para o qual também os geógrafos sociais e culturais devem apontar quando se debruçam sobre a viabilidade, a resiliência e a capacidade de afirmação das populações nos seus espaços geográficos. Tal como REBELO (2004) sugere quando discute o episódio de desabamento ocorrido a vinte e três de Abril de 2003 na ilha açoriana de S. Jorge, as populações continuam a ser afetadas pela matriz dos seus espaços geográficos, pela por vezes evidente exiguidade das suas opções territoriais, pelo efeito dos declives e pelos prejuízos de ocorrências que, sendo pontuais, acabam nalguns casos por ser manifestações mais ou menos previsíveis. E refiram-se aqui, tal como nas fajãs citadas, as populações que ali residem mas também a que lá vão, por períodos mais curtos. Por isso se consideram as populações nos seus territórios habituais mas também nas suas espacialidades ocasionais. Quer tudo isto dizer que, também na ótica do geógrafo social e cultural, a qualidade de vida das comunidades humanas, fixas ou em movimento, depende da forma como estas se territorializam e no modo como saberão gerir os riscos e as vulnerabilidades inerentes a determinadas localizações espaciais.

Estas fragilidades de inserção e resposta resultam quer de fatores naturais quer de contextos antrópicos. Como se discutirá, estas vulnerabilidades dependem também dos desequilíbrios da intervenção humana sobre ambientes físicos, sociais e culturais, alguns já com escasso capital de resiliência.

O reconhecimento que a Geografia é uma só, que o espaço geográfico e as territorialidades das diferentes populações incorrem em riscos e vulnerabilidades e que estes dependem, em simultâneo, de fatores naturais e antrópicos, está na origem do conceito de desterritorialização desenvolvido por Rogério HAESBAERT (2004).

Ainda que a linguagem e a terminologia sejam outras, não se deixarão de discutir *riscos*, *hazards*, *vulnerabilidades* e, tal como nas fajãs tratadas por Fernando REBELO (2004), também não estarão longe da nossa reflexão as limitações e as imposições do meio, ainda que estas, nas representações cinematográficas que se irão acompanhar e discutir, dependam sobretudo da ação humana.

1. Introdução. O conceito de desterritorialização¹

A generalizada aceleração tecnológica dos transportes e das comunicações, o consequente estreitamento das distâncias e a paralela reconfiguração do espaço, veio reforçar o interesse pelo conceito de 'desterritorialização', há muito debatido nas ciências sociais e humanas (BADIE, 1995; DELEUZE e GUATTARI, 1972 e 1991; GUATTARI e ROLNIK, 1996; IANNI, 1992).

Nessa discussão, a palavra tem assumido vários significados. Numa dessas perspetivas atribui-se à desterritorialização a ideia de desmaterialização física e geográfica dos processos sociais. As novas tecnologias aplicadas aos transportes e aos meios de comunicação aproximaram os lugares e teriam desvalorizado o papel dos dois principais elementos da Geografia: as distâncias e a localização.

Sem o efeito de atrito do espaço e com uma aparente depreciação dos aspetos locativos, as atividades económicas, mas também as dinâmicas de natureza social e cultural, ficariam livres das rugosidades do espaço geográfico e criariam um mundo plano (FRIEDMAN, 2005). Nesta arquitetura espacial e neste determinismo tecnológico, o fator localização deixaria de ser distintivo e a posição geográfica não condicionaria as trajetórias de desenvolvimento (BADIE, 1995; O'BRIEN, 1992).

Neste novo contexto de comunicações rápidas, a distinção está no grau de conectividade dos atores e dos lugares. A diferença dependeria também da capacidade de controlo e gestão de fluxos num espaço geográfico de natureza topológica.

Esta sociedade de informação assentaria no esplendor das potencialidades tecnológicas ilimitadas, ao mesmo tempo afastadas do espaço tradicional numa perda de território material depois compensada pelos estratégicos territórios virtuais. Estes estão associados a uma *cybergeografia* que diferenciaria os atores e os lugares mais e menos conectados, distinguindo os mais dinâmicos dos mais passivos e dependentes (VIRÍLIO, 1993 e 2000).

Para autores como APPADURAI (2004), ORTIZ (1994) e IANNI (1992), a desterritorialização associa-se à mobilidade transnacional de fenómenos e atores que escapam à regulação nacional como, por exemplo, as diásporas e as empresas multinacionais. Com efeito, estes agentes organizam-se por territorialidades complexas nas quais sobressaem redes flexíveis difíceis de controlar pelos tradicionais sistemas e instrumentos de regulação definidos à escala do Estado.

No entanto, a realidade empírica, não negando a importância estratégica desse espaço topológico e dessas mobilidades transnacionais, mostra que os parâmetros espaciais dominantes num passado mais lento anterior à sociedade de informação não perderam atualidade. Pelo contrário, a territorialidade das populações é agora um complexo sistema de relações que articula diferentes domínios do espaço geográfico.

A conectividade topológica é uma vantagem comparativa. Contudo, as velhas questões geográficas condicionadas pela localização continuam determinantes pois é desta que resultam fatores como o clima; a geomorfologia; a maior ou menor fertilidade dos solos; o maior ou menor enclavamento dos lugares, consoante a sua posição mais acessível ou mais fechada; ou o enquadramento paisagístico, no geral mais aberto ao mar e à vida marítima numa qualquer

¹ Nestas páginas iniciais, o conceito de desterritorialização tem como base uma versão atualizada de partes do texto FERNANDES, João Luís Jesus (2008) - "A desterritorialização como factor de insegurança e crise social no mundo contemporâneo", in *I Jornadas Internacionais de Estudos sobre Questões Sociais*; AGIR - Associação para a Investigação e Desenvolvimento Sócio-Cultural; Póvoa de Varzim (pp. 423-447).

orla costeira, mais agreste e isolado num contexto geográfico de montanha, sobretudo quando as altitudes e os declives condicionam os acessos e a vida de relação.

A Geografia, enquanto ciência vocacionada para entender as dinâmicas socio-económicas, políticas e culturais através da integração vertical das escalas de análise, tem especial vocação para refletir esta realidade e esclarecer o debate.

Um dos contributos foi assinado pelo geógrafo Rogério HAESBAERT (1995; 2004). Para este autor, o conceito de desterritorialização não expressa a desmaterialização ou a ‘desespacialização’ das sociedades contemporâneas, como se a deriva tecnológica as desviasse do solo e dos enquadramentos paisagísticos em que se inserem. Se assim fosse, estaríamos perante grupos humanos não geográficos, insensíveis às territorialidades mais clássicas, como se fosse possível arrancar os homens à terra e aos condicionalismos impostos pela posição geográfica, muitos deles, de resto, decisivos para o estímulo da criatividade e da inovação nas sociedades humanas.

Pelo contrário, seguindo HAESBAERT (1995; 2004), os processos de desterritorialização correspondem a uma perda de referências espaciais mas não a uma desvalorização do espaço. Uma comunidade desterritorializada caracteriza-se por viver processos involuntários de desenraizamento, perdas de autonomia e liberdade na apropriação simbólica e funcional do espaço geográfico e consequente crise social e psicológica com desajustes de afirmação identitária e económica.

Para este geógrafo (2004: 312), o conceito de desterritorialização deve então ser aplicado a “fenómenos de efectiva instabilidade ou fragilização territorial, principalmente entre grupos socialmente mais excluídos e/ou profundamente segregados e, como tal, de facto impossibilitados de construir e exercer efectivo controle sobre os seus territórios, seja no sentido de dominação político-económica, seja no sentido de apropriação simbólico-cultural”.

Este raciocínio coloca o enfoque mais na dimensão dos problemas coletivos e/ou individuais de desenvolvimento e afirmação para o bem-estar, e menos nas teses redutoras e radicais da supressão simples do espaço.

Sob o ponto de vista geográfico, a desterritorialização será então um processo (muitas vezes violento e quase sempre involuntário) de privação de espaço. Esta corresponde a um condicionamento territorial; a uma perda de controlo e domínio das territorialidades pessoais e/ou coletivas; à redução evidente das acessibilidades aos lugares económicos e simbólicos, aos recursos, à habitação, a outros locais que constituam eixos estruturantes da identidade e da territorialidade de cada grupo ou indivíduo.

Tendo em conta a relação multissensorial das sociedades humanas com a paisagem, a desterritorialização pode corresponder a uma corrupção total ou parcial dessa ligação. Desse modo, para além das limitações de acesso, a desterritorialização pode implicar a degradação estética, visual, sonora ou olfativa das pontes sensoriais que se estabelecem entre as sociedades humanas e as paisagens.

Esta discussão coloca a desterritorialização no centro do debate geográfico pois define uma escala e um padrão de análise na leitura histórica e contemporânea dos principais constrangimentos e fatores de supressão da qualidade de vida das populações.

Tendo em conta Amartya SEN (2003), segundo o qual não se entende desenvolvimento sem liberdade, as dinâmicas de desterritorialização serão um fator de retrocesso e um bloqueio ao progresso. Uma população desterritorializada vê encolher as suas opções espaciais e reduzida a

sua liberdade de escolha. Num sempre difícil balanço entre as imposições e as preferências, a desterritorialização balança o sistema para as primeiras. As opções geográficas associadas, por exemplo, à mobilidade espacial ou à escolha dos lugares de residência, de trabalho ou de lazer, vêm-se assim comprometidas e contraídas num conjunto mais estreito de alternativas.

Seguindo a perspetiva de HAESBAERT (2004), a desterritorialização corresponderá também a uma agressão dos sentimentos topofílicos. Estes expressam a topofilia que, para Yi Fu TUAN (1980), equivale à necessidade de território e à ligação afetiva a um espaço que confira o sentido ontológico de casa num mundo em permanente devir.

A desterritorialização é, por isso, um fator de instabilidade e um retrocesso no valor da segurança ontológica (GIDDENS, 1991) - perde-se o território ou, pelo menos, o controlo sobre a apropriação do espaço geográfico, numa cadeia sistémica de acontecimentos que leva ao aumento da vulnerabilidade.

Para GIDDENS (1991: 82), “A lifestyle involves a cluster of habitats and orientations, and hence has a certain unity - important to a continuing sense of ontological security”. A desterritorialização, como processo de afastamento individual ou coletivo dos territórios pessoais é também, por isso, um fator de agressividade, por via da quebra desse sentimento de previsibilidade, conforto e segurança ontológica.

Numa outra perspetiva, enquanto fator de crise social, esta perda de segurança constitui ainda um retrocesso na desejável dinâmica de *empowerment* das populações (FRIEDMANN, 1997). Esta associação deriva da própria noção ampla de segurança, entendida pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (num relatório de 1994 intitulado *New Dimensions of Human Security*) como um conceito abrangente que integra a segurança económica; a segurança alimentar; a segurança na saúde; a segurança ambiental; a segurança individual; a segurança coletiva e a segurança política.

Na tentativa de uma difícil sistematização a partir de HAESBAERT (2004), esta vulnerabilidade territorial pode variar consoante a duração, a intensidade, o quadro social envolvido e a localização (Figura 1).

No que diz respeito ao ciclo temporal e à reversibilidade, é possível identificar dinâmicas de desterritorialização temporárias e revertíveis, como acontece com a deslocação de populações na sequência de cheias ou de incêndios florestais. Noutros casos, os processos de desterritorializações são definitivos e irreversíveis, pelo menos se se considerar a escala de vida dos seres humanos. Neste último caso encontram-se, por exemplo, as comunidades que, em 1986, despovoaram a cidade de Pripjat, na atual Ucrânia, na sequência da explosão de um reator nuclear em Chernobyl.

É possível a ocorrência de processos de desterritorialização com desiguais graus de intensidade. Esta graduação corresponde a diferentes níveis de degradação da relação das populações com o espaço geográfico. Pode tratar-se de uma deterioração total das condições de vida naquelas circunstâncias, facto que obriga muitas das vezes a uma estratégia de deslocação (como ocorreu no supra citado caso de Pripjat). Pode, contudo, tratar-se de uma degradação parcial das condições de vida, como no caso dos impactos ambientais de muitas infraestruturas e atividades económicas como pedreiras, fábricas ou vias de comunicação rápidas. Nestes exemplos detetam-se problemas parciais como o ruído, os cheiros, os riscos de inalação de partículas, a deformação estética da paisagem, a quebra de acessos, entre outros, ou então uma complexa combinação de vários destes fatores.

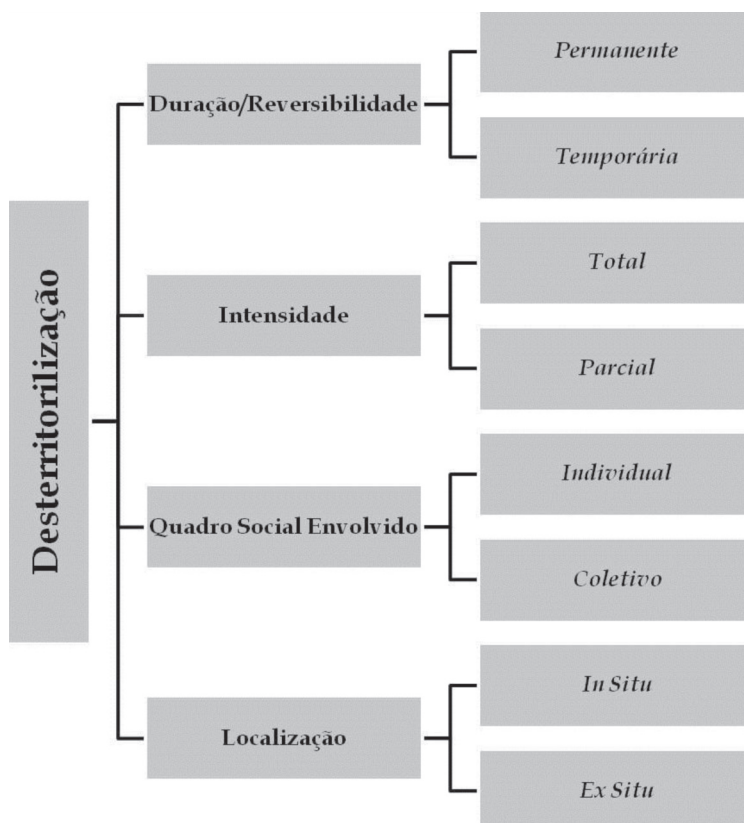


Figura 1
As dinâmicas de desterritorialização segundo diferentes critérios de classificação.
Fonte: Adaptado a partir de HAESBAERT, 2004.

Estas dinâmicas de desterritorialização variam também consoante o quadro social envolvido. Pode tratar-se de um processo individual, uma vulnerabilidade pessoal que resulte, por exemplo, de qualquer alteração brusca no capital de mobilidade espacial de um indivíduo. Esta redução pode estar a jusante de acontecimentos como a perda de emprego ou um acidente que implique incapacidade física. Ainda que por razões diferentes, tanto num caso como noutro, as opções territoriais sofrem constrangimentos. Essa redução de espaço vital pode também resultar de fatores como a doença e as limitações inerentes, como o internamento hospitalar (ANTUNES; 2010; ALMEIDA, 2010).

As dinâmicas de desterritorialização podem lesar grupos e comunidades coletivas. Estas tanto sofrem os efeitos da localização, como as afetadas por uma erupção vulcânica, por exemplo, como poderão ser vítimas de uma qualquer associação étnica, como ocorreu, ao longo da História, com o encarceramento, a deportação ou o exílio de grupos associados pela identidade e pela origem.

Os processos de desterritorialização podem sistematizar-se quanto ao local e quanto ao movimento deste processo e dos quadros socioeconómicos e simbólicos adjacentes. No

primeiro caso, como refere Rogério HAESBAERT (2004), têm ocorrido quer *desterritorializações in situ*, quando essa desvinculação espacial ocorre nos próprios espaços do quotidiano; quer *desterritorializações ex situ*, nos casos em que, pelo contrário, esse desenraizamento ocorre implicando a deslocação do indivíduo ou do grupo. No primeiro caso, estaremos perante processos de *desterritorialização fixos*. No segundo, de *desterritorializações em movimento*. A análise empírica mostra-nos que, na verdade, esta divisão concetual é apenas aparente, pois muitas vezes combinam-se entre si.

Esta terminologia enquadra-se ainda com o conceito de aglomerado humano de exclusão, também desenvolvido por Rogério HAESBAERT (2004), enquanto comunidades fixas ou móveis que vivem uma relação difícil com as duas dimensões do espaço geográfico: o espaço-fluxo e o espaço-rede. Segundo este autor (2004: 313), este conceito envolve “situações dúbias e de difícil mapeamento que não podem ser abordadas nem sob a forma de território (nem como processo claro de territorialização), no sentido de uma zona razoavelmente bem delimitada e sob o controle dos grupos que aí se reproduzem, nem no sentido de uma rede cujos fluxos são definidos e controlados pelos seus próprios produtores e usuários”. Apesar dessa indefinição, continua HAESBAERT (2004: 313), estes aglomerados traduzem a “dimensão geográfica ou espacial dos processos mais extremos de exclusão social”, pelo que expressam bem a condição de “desterritorialização” ou de “territorialização precária”.

Ainda para HAESBAERT (2004), o conceito de desterritorialização deve ser entendido como o ponto de partida dos ciclos de desterritorialização-reterritorialização, isto é, de processos de perda e consequente recuperação de territorialidades aceitáveis. Nesse sentido, entende-se que a uma desterritorialização definitiva se devem referir os casos de comunidades que vivem condições de vulnerabilidades não recuperáveis naqueles contextos, facto que pode implicar a deslocação e a reterritorialização noutros espaços geográficos.

Ainda assim, nem sempre os ciclos de desterritorialização/reterritorialização se completam. Algumas das mais importantes vulnerabilidades espaciais à escala global resultam precisamente desses ciclos incompletos. Refiram-se aqui os refugiados que, mesmo sob a proteção de instituições como o ACNUR (Alto Comissário das Nações Unidas Para o Desenvolvimento), conhecem de forma clara os efeitos e as circunstâncias da desterritorialização sem que, apesar disso, vivam processos completos de reterritorialização. Esse desequilíbrio, algures em campos de refugiados quase sempre posicionados em áreas de fronteira, constitui um frequente processo de desterritorialização permanente ou de reterritorialização precária (FERNANDES, 2013).

Pela sua dimensão social; por atender à vulnerabilidade humana perante uma natureza por vezes agreste mas também perante projetos de desenvolvimento nem sempre bem dimensionados na gestão das respetivas externalidades; por ser um instrumento político de afirmação de poderes; ou talvez ainda por construir histórias e enredos que chamam a atenção e atraem públicos vastos, o conceito de desterritorialização é uma temática muito representada em obras criativas de áreas como a literatura ou o cinema.

Sinais de alerta, denúncias, estratégias de sensibilização e até de engajamento político ou de simples conquista de audiências e mercados, estas obras não são neutras nem se limitam a desfilarem uma narrativa. Pelo contrário, como se verá na diégese destes dois filmes, denunciam abordagens científicas e temáticas com elevada aplicação a casos empíricos que merecem estudos mais aprofundados.

2. *Still-Life*: populações deslocadas pela construção de uma barragem

Realizado em 2006 por Jia Zhang-Ken, os primeiros planos de *Still Life* acompanham um ferry que navega no rio Yangtze, entre Fengjie e a Ilha de Chongming. Nesta obra, classificável entre a ficção e o documentário, o barco que se desloca está repleto de passageiros- idosos, jovens e crianças, homens e mulheres, que convivem, fumam, bebem, jogam, conversam, transportam haveres pessoais. Numa viagem que parece longa, as margens são percebidas em andamento, mais pelo espetador que pelos passageiros. Estes últimos, talvez porque o trajeto é habitual, demonstram indiferença perante a paisagem que passa e viram as costas ao que ocorre fora do barco.

Na chegada a Fengjie, filmam-se as docas e a azáfama do porto, a oferta de transportes por terra, pequenos negócios, espetáculos de circo, um emaranhado de vidas e ambientes próprios de lugares de paragem, transbordo e trocas.

Aqui desce Han Sanming, passageiro que viaja há 5 dias, desde Shanxi - região produtora de milho agora a viver um período de seca, mas também território de minas de carvão, onde Sanming trabalha. O objetivo da viagem a Fengjie é a procura da esposa e da filha, que já não vê há 16 anos.

Numa outra sequência, Jia Zhang-Ken concentra-se no desembarque de mais um passageiro - a enfermeira Shen Hong. Tal como Han, é originária da região de Shanxi e desceu em Fengjie na procura de um familiar, neste caso, o marido que não a visita há dois anos.

Neste trabalho cinematográfico acompanham-se o rio, as suas personagens e narrativas, a navegação fluvial ascendente e descendente, as docas, os ferries, os cargueiros e toda a geografia humana que nasce do poder de atração exercido por este canal de contacto. O rio une diferentes regiões mas vai criando paisagens e valores patrimoniais, como o icónico estreito de Kui Men, perto de Fengjie. Como se mostra, a representação deste geomonumento circula impressa nas notas, papel-moeda que também assim vai criando alguma unidade simbólica e política num país que parece demasiado grande e fragmentado.

Quanto a Han, a sua chegada a Fengjie é dececionante. A cidade está em mudança e, parcialmente, em desaparecimento. A rua que procura (a Qingshi), única referência que possui, afinal já não existe. Está coberta pelas águas do rio. Han estará mal informado do que está a acontecer naquele lugar. O local exato sob um dos ferries que está agora atracado nas águas do Yangtze marca a posição da antiga casa do motorista que conduz Han. Agora tudo está inundado.

A Barragem das Três Gargantas, projeto assumido por vários regimes na história recente da China, alterou a paisagem e submergiu parte daquele aglomerado. Esta submersão eliminou espaços de vida e impôs a deslocação de populações. Agora, alguns dos deslocados reorganizaram o seu quotidiano em regiões próximas, outros em espaços geográficos mais longínquos, como as províncias de Guangdong e de Liaoning. Outros regressaram ao rio que antes os atraiu e agora os expulsou. Muitos dos deslocados recuperaram territórios pessoais vivendo agora em cargueiros, fixando-se sobre as águas onde se trabalha e sobrevive de forma precária, sempre instável.

Um dos transferidos foi o Sr. He, personagem que arrendava quartos e resistiu à mudança. Era já longa a sua ligação ao lugar e, por isso, não se sentia no dever de ceder o espaço. He terminou numa outra morada, longe do rio, num edifício menos aprazível construído debaixo de uma ponte, com os veículos a circular sobre a nova casa.

O desalojamento não é aceite por todos. Alguns moradores, sobretudo os mais idosos, recusam sair. Alegam direitos históricos. A idade, a permanência prolongada, o estarem ali há mais tempo, dar-lhes-ia direitos de exceção e de propriedade.

Esta paisagem em mudança é também, por isso, um território de conflitos no qual os mais renitentes são induzidos, por bandos de jovens delinquentes mandatados pelas empresas de demolição, a aceitar a inevitável deslocação.

Calcula-se que cerca de um milhão de pessoas terão sido deslocadas por via da construção da barragem e consequente submersão de espaços quotidianos de vida.

Nalguns planos demarcam-se os limites do terceiro patamar de um enchimento faseado. Registam-se os 156,5 metros a atingir no dia um de maio de 2006, nível que iria submergir várias casas, com uma geografia humana que ainda por ali está mas que parece condenada à reorganização forçada, algures mais longe das margens do rio.

O ambiente coletivo é de despedida. Nota-se uma atmosfera social e psicológica de transformação e perda. Alguns breves planos são atravessados por carrinhas que transportam escombros. Outras deslocam móveis e haveres pessoais. Mais que nas ruínas, a câmara concentra-se nos destroços, nos inertes, nas demolições efetuadas à custa da força física, dos sons de martelos e de explosões. Assim se desmembram edifícios, se revelam espaços que foram, num passado recente, refúgios discretos de vidas privadas e íntimas.

Esta paisagem em mudança faz-se por construções que se desnudam, que se descobrem por dentro, por pedras que se esmigalham, por vidros que se partem. Nesta cidade condenada, assinalam-se as habitações que irão ser demolidas, as próximas a ceder o lugar à subida das águas. Este é um filme de estaleiros de obras, de uma paisagem em transmutação estética, uma paisagem em movimento numa transformação irreversível na qual nada voltará ao início e nada voltará a ser como antes.

São estas deslocações demográficas, com as paredes que caem, com as janelas e as portas que se derrubam, que vão preparando e abrindo o solo, à espera que as águas do rio avancem para mais uma fase de enchimento da albufeira. Não se trata de uma desumanização da paisagem, muito menos de uma renaturalização. É certo que nada há de mais humano num edifício que as portas e as janelas - pontos de contacto e de observação. Desta vez, a destruição destes nós de vivência humana vão dar espaço a uma outra forma de humanização - as águas de uma albufeira, as que resultam de uma pesada intervenção antrópica sobre a paisagem, sobre um rio que tenderia a caminhar, de montante para jusante, num trajeto que sempre conheceu.

Nestes edifícios em ruínas, desordenam-se espaços de habitação mas também de economia industrial. Nesta cidade prestes a desaparecer, são também desmanteladas as antigas fábricas que talvez ali se tenham instalado para tirar partido da proximidade do rio e do porto.

O enchimento da barragem leva também a perdas patrimoniais coletivas e ao desaparecimento de espaços simbólicos. Como mostra Jia Zhang-Ken, este projeto hidráulico fez desaparecer lugares históricos, vestígios da arqueologia Han, restos de uma humanização que testemunha a atratividade histórica destes vales fluviais.

Esta cidade, as margens e o troço do rio já então refeito barragem, são filmados em vários ângulos e usando diferentes escalas. Mostram-se planos panorâmicos, onde se nota a água que se adivinha vir a subir sobre os solos devolutos. Contudo, focam-se também os pormenores dessa paisagem em rápida transformação. Aqui, nestes planos de proximidade, nota-se mais

a destruição, a força que vai ajudar as águas a conquistar o seu espaço, a limpar os restos de uma humanização milenar, para a substituir por uma outra. Se a primeira implicava a presença humana, a barragem, sendo antrópica, modela uma paisagem artificial mas sem a presença quotidiana do homem, que se deve recolher para outras cotas, bem mais longe, em degraus que garantam segurança.

Contudo, entre este presente e o futuro que agora se prepara e o passado longínquo destas paisagens humanas fluviais, notam-se diferenças de ritmo: uma cidade que terá levado dois milénios a construir, levou agora dois anos a ser demolida.

Entretanto, filma-se uma equipa de higienização química. Os vestígios desta humanização de beira-rio devem ser limpos e desinfetados, como se a barragem, e as cidades que esta vai alimentar com energia, convivessem mal com esse passado.

Esta fase de demolições cria, por sua vez, uma geografia humana particular. Ao mesmo tempo que expulsa antigos moradores, atrai mão-de-obra para execução dos trabalhos.

Guo Bin, o marido que não visita Shen Hong há dois anos, ali está, como encarregado de obras. Depois de ter migrado para aquela cidade para trabalhar numa fábrica que, entretanto, encerrou, agora é funcionário de uma empresa envolvida nas demolições.

Estes trabalhos são realizados por uma mão-de-obra masculina que deambula pelo país. Um dos grupos, depois de finalizada a limpeza destruidora da cidade, tem intenção de rumar para Shanxi para trabalho nas minas. Enquanto esse desmantelamento continua, Fengjie masculiniza-se, com grupos de homens que vivem em estalagens e estimulam a prostituição.

Quanto a Han Sanming, depois do primeiro contacto com esta cidade em movimento, dirige-se ao Gabinete de Realojamento para tentar a localização dos familiares. Este é um espaço de conflitos, de confronto entre as autoridades que gerem a deslocação dos residentes e os habitantes que reclamam direitos e denunciam falta de seriedade e corrupção nos procedimentos. Nem todos são tratados de igual modo, nem todos recebem as mesmas indemnizações, assim nos apresenta Jia Zhang-Ken este conturbado processo transitório.

Contudo, retenha-se esta ideia de transição. Com Fengjie, filma-se e questiona-se toda uma China em mudança, um país que se destradicionaliza, numa sociedade que se desloca porque as águas avançam mas que já comunica de telemóvel. De resto, os telefones portáteis e as empresas multinacionais que os massificaram são uma presença constante neste filme. Um espaço geográfico euclidiano vai-se submergindo sob as águas mas um outro mundo de oportunidades topológicas parece emergir. É nesta difícil relação entre a China tradicional e a que se globaliza e glorifica o dólar e o euro, que ocorrem estas deslocações demográficas. Aqui, cruzam-se esta velha China milenar, a da arqueologia Han e a do circo chinês nas docas de Fengjie, com a da indústria pesada e das grandes infraestruturas mas também com o novo país que vai rompendo no mundo das comunicações e da economia digital.

Nesta obra cinematográfica, a destradicionalização da China está focada no papel das mais pesadas máquinas de fazer paisagem. A barragem era um sonho do regime, um trabalho de excelência na área da engenharia que colocou o país no centro das atenções. Esta é a fase das obras públicas, da barragem mas também das pontes, que têm forte presença no filme, obras já pensadas no passado, algumas por Mao Tse Tung. Num dos planos, um empresário do ramo imobiliário ordena que se acenda a iluminação sobre uma nova ponte que assim se alumia no horizonte.

Nesta mudança, o rio conquistou o espaço humano e já não é o mesmo ponto de atração. Por isso se discute a nostalgia, a identidade, a ligação destas comunidades ao passado, o estar-se mais ou menos preparado para esse novo mundo.

Entretanto, Fengjie, mesmo a parte da cidade que sobrevive aos escombros, vai perdendo população. Neste mundo de crise social, de escombros, fábricas encerradas e prostituição, os mais jovens querem sair: Jia Zhang-Ken apresenta Chunyu, uma rapariga de dezasseis anos que se oferece para acompanhar Shen Hong como criada, no regresso desta a casa.

Saem alguns mas chegam outros. Assim são estas geografias humanas em deambulação, inconstantes e voláteis. Partem as comunidades ribeirinhas, acercam-se os turistas. Jia Zhang-Ke filma um barco de passageiros curiosos e de máquina fotográfica, orientados por um guia que vai explicando o enquadramento, a ponte, o estreito de Kui Men, porventura as histórias passadas da cidade que lá estava e já não está, fazendo as honras de um regime que tenta honrar os méritos da sua tecnologia.

3. *Home*: espaços de vida decompostos na margem de uma via rápida

Realizado por Ursula Meier em 2008, *Home* acompanha a queda de uma família no abismo. Nesta tragédia, uma co-produção suíça, francesa e belga, filma-se uma pequena propriedade rural localizada algures na proximidade de um centro urbano europeu.

No entanto, mais que essa pequena quinta, foca-se a vida feliz e descomprometida de uma família com pai, mãe, duas filhas e um filho mais novo. A particularidade dessa habitação rural existir na imediata proximidade de uma via rápida asfaltada mas nunca terminada nem inaugurada, parece não perturbar o quotidiano feliz dessa comunidade nuclear. Esse pedaço de estrada faz parte de um quotidiano de vida que decorre sem sobressaltos, salvo os normais e esperados conflitos que ocorrem em contexto familiar. É neste espaço que se fazem jogos, se brinca e se ri, se vê televisão, se ocupa o tempo com atividades de lazer e se desfruta de uma vulgar vida doméstica.

Naquela propriedade que confina com uma estrada ainda em projeto, permanecem, durante todo o dia, a mãe (Martha) e uma filha adolescente (Judith), a mais velha, já fora da escolaridade obrigatória. Com territorialidades mais deambulantes está o pai (Michel) e estão os dois filhos mais jovens (Marion e Julien). Michel é trabalhador pendular. Sai de manhã e regressa à noite. Marion e Julien fazem percursos semelhantes, mas vão à escola. Tudo decorre com normalidade. Longe do bulício urbano, esta família, feliz no seu estilo de vida alternativo, vai preparando a chegada do verão. Lá está uma improvisada piscina de plástico, colocada sob o asfalto, mas também um tanque construído no espaço livre em frente à casa, uma piscina térrea que vão reparando enquanto aguardam os dias mais quentes e o calendário livre das férias estivais. No fundo, vive-se na expectativa do futuro e de um tempo que se espera aprazível.

Pouco ou nada se sabe sobre a opção em residir naquele local. Adivinha-se que a moradia já ali estaria quando, há dez anos, se iniciou o entretanto abortado projeto da estrada.

É neste ambiente de saudável vida familiar que surgem os primeiros alertas. Num serão, sentados no espaço livre em frente à casa, Julien diz ter visto um veículo e um conjunto de trabalhadores de uma empresa de construção a circular pela estrada. A revelação deixou um ambiente de alguma preocupação, medo e apreensão.

Pouco tempo depois, as piores expectativas confirmam-se. Os construtores chegam e, com grande aparato de som, luzes, veículos e operários, (re) apropriam-se da obra. A estrada, poucos metros em frente da habitação, é ocupada. Os haveres domésticos são desviados para o espaço entre o edifício e o rail que agora se levanta. Este separa e intromete-se entre a via de circulação e o agora mais reduzido território de residência desta família cujo apelido permanece desconhecido.

Entretanto, os problemas práticos começam a colocar-se. Os operários retiram uma parabólica que servia a habitação e o contacto com o exterior é afetado. O sinal de rádio desaparece por algum tempo. Os lancis são levantados e, com isso, constrói-se o primeiro muro. O atravessamento da estrada torna-se mais difícil.

Note-se que esta via de comunicação, agora prestes a ser ativada, se interpõe entre o espaço doméstico e o centro urbano, neste filme nunca identificado nem visível em nenhum plano, mas que se sugere através dos movimentos pendulares de alguns dos membros da família. Esta cidade é o lugar de trabalho de Michel, da escola de Marion e de Julien, lugar de abastecimento de tudo o que é necessário. Desde a habitação - o epicentro e o foco da narrativa, apenas se vislumbram algumas casas dispersas no horizonte. A partir da quinta, chega-se a essa cidade percorrendo uma simples estrada de terra batida. Com esta barreira, o caminho ficou mais longo e o acesso é agora mais difícil.

Para além dos lancis, a futura autoestrada é renovada com um novo piso de alcatrão e pinta-se a faixa de rodagem com as linhas brancas convencionais. O corpo de Julien é o retrato desta mudança. Nas suas brincadeiras, suja-se de negro e pinta-se de branco.

Entretanto, a estrada (a E57) é inaugurada. O primeiro veículo a circular é um VW azul, conduzido por um tal Georges Schwed que trabalha em Louvigny e entrou no troço Favières-Sul/Wissant. Para este, naquele dia, entrevistado como herói, a abertura desta via rápida é algo de extraordinário pois permite-lhe ganhar tempo e evitar congestionamentos.

Contudo, é este o paradoxo das territorialidades em mudança, para a família de Michel o sentimento não é o mesmo. O atravessamento desta muralha torna-se mais complicado. No seu trajeto habitual para as aulas, Julien e Marion não o conseguem fazer sem a ajuda dos adultos.

Nestas deambulações mais precárias, tenta-se enganar o tráfego, espreitar uma oportunidade, calcular as distâncias e atravessar no intervalo da passagem dos veículos. Nem sempre é fácil. O espetador vai assistindo à progressiva perda de mobilidade da família, ao seu confinamento num espaço agora mais reduzido, ao enclausuramento por uma barreira que agora se levantou.

No fim do dia, Michel, Marion e Julien tentam regressar ao lar. Para atravessarem o obstáculo, desviam-se da direção habitual, afastam-se de casa e usam, lá longe, um túnel de saneamento construído sob a autoestrada. Esta passagem subterrânea é longa, escura, está suja. Michel mostra sinais de claustrofobia.

O filme faz a reportagem destas dificuldades. Numa ocasião, a família tenta o transporte de uma arca frigorífica para a residência. Da cidade até ao limite imposto pela autoestrada nada dificulta a tarefa. O problema está na transposição da muralha. O eletrodoméstico acaba por chegar a casa mas isso só se consegue durante a noite, quando o tráfego abrande e permite o atravessamento clandestino da via rápida.

Com o passar do tempo, o número de veículos vai aumentando. A mais racional das filhas, Marion, faz contagens e regista estatísticas. Em vinte e quatro horas, as primeiras depois da

abertura da autoestrada, passam cinco mil, cento e cinquenta e sete veículos. Pelos cálculos, serão quinze a vinte por minuto. Contudo, alguém questiona, como será quando essa média atingir valores mais elevados?

Com este incremento de tráfego, o ambiente vai mudando e a paisagem torna-se anti-idílica e anti-terapêutica. Marion vai recolhendo essas informações. Os vegetais estão negros, cobertos de fuligem. A horta de Martha confina com o asfalto, a água da piscina está poluída, o ar torna-se irrespirável, o ambiente sonoro é desconfortável e agressivo. Precipitam-se as micro partículas libertadas pelo escape dos automóveis. Vão aparecendo manchas no corpo de Marion e Julien. Pode ser apenas hipocondrismo, mas pode também ser sinal de envenenamento pelo chumbo com efeitos diretos, assim o revela Marion, em problemas como a obstipação, a irritação, as dificuldades psico-motoras, as insónias, os sinais de anorexia, a interrupção de crescimento nas crianças e a provável futura esterilidade. Ainda para Marion, estas mudanças são o início de uma morte lenta.

A própria Marion, a personagem intelectual deste grupo familiar, não consegue espaço e conforto para a leitura. Como resposta às mudanças ambientais, usam-se tampões nos ouvidos mas, mesmo que se mitiguem os barulhos, os cheiros agressivos incomodam.

Esta via rápida confina agora com um espaço doméstico. Nalguns planos, nota-se a perda de privacidade, a devassa de quem ali estava, habitualmente, em roupa íntima e descomprometida.

Um acidente bloqueia o trânsito e, com a paragem, a devassa é maior. Apesar disso, ainda que da pior maneira, esse problema vai-se atenuando. A invasão é menor porque estas pessoas se vão escondendo e se tornam mais invisíveis. Quando o tráfego circula com normalidade, as correntes de ar derivadas das altas velocidades dos veículos impossibilitam o uso do espaço livre e o grupo vai-se refugiando no interior da habitação. Se é verdade que Judith desafia estas variáveis e se vai expondo a quem passa, os outros vão-se encerrando e protegendo. Marion chega ao limite de usar uma máscara.

Nesta decomposição das condições gerais de vida, o desconforto e a irritação aumentam. Os corpos vão-se decompondo, a família entra em conflito e há sinais de violência. Esta espiral de deterioração é mais nítida na mãe (Martha), a personagem com mais ligações afetivas ao lugar, aquela que deixou de exercer profissão para ali estar, em permanência. Meier ilustra esta queda filmando os comportamentos estranhos que se vão repetindo nesta desagregação individual e coletiva. Martha tenta asfixiar Michel; Julien demonstra sintomas de incontinência; Marion agride Julien e Judith desaparece. Talvez tenha sido recolhida por alguém que passava na autoestrada.

Simbolicamente, o primeiro a perder espaço foi o gato doméstico. Com a abertura da rodovia, é preso por uma trela a um poste. Foi depois libertado por Judith mas acabou por regressar. Já neste gesto, Judith deu sinais da obsessão pela liberdade, um desejo anunciada mesmo antes da abertura da estrada. É normal, no seu processo de crescimento e ganho de autonomia, os adolescentes sentirem falta de espaço. A ativação da via rápida apenas veio acelerar esse desejo de evasão.

A família em cativo divide-se quanto à continuidade naquele espaço que já foi um território de vida mas que agora se vai tornando uma prisão. Martha resiste à mudança. A mãe volta a apregoar o sentido de casa; o desejo de ali permanecer; o medo do desconhecido que o recomeço, algures, não se sabe bem onde, implica.

O tempo vai passando. Com lentidão mortífera e demente na casa de habitação mas com velocidade no asfalto que corre logo ali, a poucos metros.

Ao mesmo tempo, o anunciado verão chega e a autoestrada vai ganhando tráfego. O filme dá a entender que esta via rápida conduz a uma qualquer estância balnear. As férias fazem-se notar na estrada. A quantidade de veículos é agora maior mas também diferente. Aparecem autocaravanas e atrelados, mas também automóveis que transportam bicicletas e pranchas de surf.

Na quinta, o espaço exíguo do jardim é abandonado por territorialidades que se encerram nas paredes da moradia. Alheias ao hedonismo exibicionista dos viajantes, a família continua a fechar-se em casa e a perder espaço, sufocando num ambiente claustrofóbico sem luz natural. O edifício é forrado, por dentro, com materiais isoladores. O som e os cheiros não podem invadir o refúgio desta micro comunidade. A residência é agora uma fortaleza, talvez um cárcere ou mesmo um sarcófago. Também para reduzir o ruído, fecham-se janelas, que se cobrem com blocos de betão. No interior desta residência-prisão, perde-se luz, o ar não circula, o calor é sufocante, falta ventilação. A família, em decomposição, vai-se socorrendo de medicação. Sinal de esgotamento; de decomposição dos corpos; de degradação mental.

Verifica-se o desarranjo do espaço mas também a decadência psicológica individual e coletiva. Há sinais de cansaço. Num estado de dormência coletiva, Michel fecha a casa por dentro e constrói um sepulcro em vida. Por isso Judith, que regressou numa visita de passagem, não adivinha que a família se enclausurou e julga que também estes terão abandonado o local.

Se do início pouco se sabe, sobre o fim também nada se esclarece. Judith parece ter regressado aos seus territórios de fuga mas o destino dos restantes familiares fica em aberto. Num último sopro de vida, Martha derruba os blocos que tapavam a porta, deixando entrar o sol e o ar e permitindo a saída dos filhos e do marido. Parece uma libertação mas, cá fora, nada muda. A estrada continua. Cada vez com mais trânsito. Nos últimos planos, o grupo regressado ao espaço livre parece desorientado e errante. Isso ocorreu porque talvez tenha perdido o seu lugar, provavelmente numa perda sem retorno.

4. As dinâmicas de desterritorialização em *Still Life* e em *Home*

Algo separa estes dois filmes. *Still Life* transporta o espetador para um caso específico e uma localização referenciada - a construção da Barragem das Três Gargantas, na China, no vale do Yangtse. *Home* constrói-se numa geografia mais difusa, incerta e anónima. Nunca se identificam os lugares nem se georreferencia a narrativa.

Contudo, estes trabalhos cinematográficos aproximam-se pelo seu conteúdo geográfico. Ambos debatem a oscilante e precária relação das populações com o espaço, a dinâmica das territorialidades pessoais e coletivas e os riscos nos quais se incorre nesses processos de mudança. Os dois filmes discutem os efeitos colaterais, as externalidades e os riscos potenciais de projetos de desenvolvimento urbano-industrial como as barragens e a construção de vias de comunicação rápidas.

Os filmes em análise são representações da realidade e revelam as perceções e os pontos de vista dos autores. Ainda assim, seguindo um certo registo de denúncia, estas duas obras

comprovam também que nem todas as comunidades participam e acompanham as alterações do espaço geográfico. Tratam-se nestes casos de um *empowerment* desequilibrado e de poderes económicos e políticos assimétricos.

Apesar de diferentes no seu contexto espacial, em ambas as narrativas focam-se casos de desterritorialização e de vulnerabilização de populações com menor poder de decisão sobre os respetivos destinos. Não podendo ser lidos como manifestos contra as dinâmicas de desenvolvimento e mudança, Jia Zhang-Ken e Ursula Meier deixam alertas sobre as externalidades potenciais que recaem sobre populações mais vulneráveis às dinâmicas de transformação do espaço.

Em *Still Life* mostra-se uma geografia humana com forte envolvimento com o rio. Estes atraem populações porque atenuam o clima, porque são fonte de terra fértil e de água doce, porque são um reservatório energético e uma via de circulação. Por isso, os vales fluviais são importantes corredores de fixação demográfica e relevantes fatores de estruturação local e regional do povoamento. Contudo, o mesmo rio que atrai pode ser aquele que afasta e desloca comunidades.

É por todas essas razões que, em contextos de elevadas densidades populacionais, como nalgumas regiões da China ou da Índia, a construção de grandes represas interfere com os espaços de vida quotidiana de extensas comunidades de população rural e urbana. A edificação da Barragem das Três Gargantas, no rio Yangtze, foi uma importante obra pública de afirmação do Estado chinês. Alterou a paisagem, submergiu espaços patrimoniais, deslocou populações. Esta alteração nas estruturas de povoamento implicou a destruição sumária e acelerada de lugares com longo passado e a reconstrução apressada de novos espaços de receção desta demografia em movimento (FERNANDES, 2008).

Não se tratam de refugiados porque a Convenção de Genebra não inclui os deslocados ambientais nesse grupo de populações vulneráveis. Contudo, estes aglomerados de exclusão em movimento são populações desterritorializadas que perderam as referências espaciais pretéritas.

Em Fengjie, ocorreram processos coletivos de desterritorialização total, definitiva e *ex situ* que implicaram deslocações conflituosas e alterações radicais nos territórios pessoais e coletivos.

Still Life conjuga elementos de ficção com realidades documentais. Foca um acontecimento real, a deslocação de cerca de um milhão de residentes nas margens deste rio, mas remete-nos para outras deslocações em massa ocorridas em países como a Índia ou o Brasil. Territórios de implantação de grandes barragens, estas infraestruturas colidem com densidades populacionais elevadas em contexto rural e colocam em causa os valores da propriedade individual. Nalguns casos não reconhecendo o direito à terra de populações mais vulneráveis, as grandes barragens têm contribuído para o aumento da taxa de urbanização em países de desenvolvimento humano médio mais modesto.

É do destino destes deslocados que dependem os processos de reterritorialização. Num estudo de caso muito particular e de baixa escala demográfica ocorrido em Portugal, os habitantes da velha Aldeia da Luz foram realojados num único lugar - uma nova aldeia, para o efeito construída (VAZ, 2011). Noutros casos, como nos mostra o filme de Jia Zhang-Ke, a reterritorialização é difusa e geograficamente dispersa pois a população deslocada reterritorializa-se em múltiplos pontos de chegada.

Apesar de seguir as mesmas matérias, *Home* coloca outros problemas. Neste caso, filma-se não a saída forçada e abrupta da população mas sim a degradação gradual e progressiva das condições de vida. Neste trabalho de Ursula Meier, não se dá conta de uma expulsão imposta e decretada pelas autoridades. Pelo contrário, vai-se testando a capacidade de resistência, adaptação e resiliência de uma população que se desterritorializa *in situ*, isto é, sem que a maior parte dos seus membros abandone os anteriores espaços de vida.

Essa precariedade territorial é faseada. Reduzem-se as acessibilidades; encolhem-se os espaços do quotidiano; degrada-se o ambiente sonoro e visual; decompõe-se o ar que se respira. A relação sensorial com o espaço vai-se degradando sob todos os pontos de vista. Os atos e os gestos passam a estar condicionados pela infraestrutura de circulação rápida.

No entanto, com o tempo, o que começa por ser uma desterritorialização *in situ* pode terminar num efetivo abandono. Assim aconteceu com Judith, assim poderá acontecer, no futuro, com o resto da família. Os últimos planos do filme não o esclarecem, deixam essa hipótese em aberto, naquilo que seria uma derrota assumida por todos. Uma desterritorialização parcial (a vulnerabilidade territorial vai-se revelando em variáveis isoladas) caminharia assim para uma desterritorialização total, quando a única opção é o afastamento, porventura irreversível.

Depois do confinamento forçado da família, seguir-se-ia a deslocação e a reterritorialização algures, não se sabe também onde. Essa reterritorialização começa por ser tentada no mesmo lugar: mudando hábitos; tentando fingir o trânsito; arranjando estratégias de atravessamento da barreira; encolhendo progressivamente o espaço vital; protegendo a habitação dos ruídos e dos maus cheiros. Contudo, para além de estratégias de resistência, talvez estas atitudes mais não tenham sido que testemunhos da capitulação anunciada - a degradação individual e coletiva e a inevitável deslocação.

Em *Home* está também presente o risco da doença psicológica já prevista por Abdel OMRAN (1971) na Teoria da Transição Epidemiológica. Nestes casos, as sociopatias são um problema de saúde pública a jusante de uma dinâmica de mudança espacial. Com a degradação do quotidiano territorial, adensam-se os sintomas das patologias físicas mas também os indícios de graves perturbações do foro psicológico.

Ursula Meier assina uma obra geográfica também porque neste conflito de uso do espaço se confrontam territorialidades marcadas por dois ritmos e duas velocidades contrastantes. As mais velozes e topológicas da via rápida, seguidas por atores que apenas querem chegar mais longe, no menor tempo possível, insensíveis ao que se passa nas margens deste canal de circulação. As mais lentas e permanentes de uma família que, numa lógica mais euclidiana de espaço contínuo, ali tenta conservar uma territorialidade doméstica e íntima.

Assim tem ocorrido em muitos países, Portugal incluído, nos ciclos mais dinâmicos de desenvolvimento de infraestruturas. Muitas vias rápidas enclausuram velhos e lentos aglomerados populacionais. Outras promovem processos de fragmentação destes lugares. Nalguns casos, uma estrada pode ser um canal topológico que cria descontinuidades espaciais e fronteiras divisórias de difícil atravessamento. Assim se alarga, nestes povoados agora divididos, o risco de acidente, como ocorreu, ainda no caso português, nalguns dos lugares agora atravessados pelo Itinerário Complementar 2 (IC2) sobretudo na faixa de mais elevadas densidades entre Aveiro e Leiria (Figura 2).



Figura 2
Agglomerado urbano fragmentado por uma via rápida (IC2), no concelho de Soure.

Nestes e noutros casos, tal como no filme de Meier, os espaços de habitação são confrontados com vias rápidas que perturbam o quotidiano e alteram a territorialidade dos residentes (Figura 3).



Figura 3
Casas de habitação confinadas pelo atravessamento de uma via rápida, no concelho de Condeixa-a-Nova. Como estratégia de atenuação de danos, nota-se o levantamento de uma barreira sonora e visual entre os espaços de residência e a rodovia.

Noutros exemplos, a supressão de opções geográficas e a vulnerabilidade espacial ocorre devido ao levantamento de barreiras de acesso, que impedem o contacto e a interação (Figura 4).



Figura 4
Estabelecimento comercial em ruínas que não resistiu às alterações que, naquele local do concelho de Condeixa-a-Nova, se efetuaram no IC2. A construção de lancis de separação afastou os potenciais clientes que, desta forma, foram impedidos de continuar a parar e frequentar aquele local.

Trata-se de casuais exemplos empíricos que merecem estudos apurados mas que demonstram como o trabalho de Ursula Meier é uma representação com conteúdo e pertinência geográfica. Neste ponto de vista, *Home* é um sinal de alerta para os riscos da fragilização territorial.

Contudo, para a realizadora, este filme pode também ser lido como um aviso sobre os riscos de desintegração do conforto doméstico face às ameaças externas². A casa aqui filmada por Meier é um paraíso que sucumbe perante um mundo exterior agressivo, violento e usurpador de direitos. Seguindo este raciocínio, em *Home* assistir-se-á à desordem e à degradação daquilo que GIDDENS (1991) entende como segurança ontológica num núcleo familiar que se desorienta e perde os referenciais geográficos.

Ainda para Ursula Meier³, este será o reverso de um *road movie*. O foco está não na territorialidade divagante de quem viaja mas nas geografias pessoais e coletivas de quem fica, expectante mas ao mesmo tempo fragilizado, na margem desse movimento acelerado.

5. Breves notas conclusivas

Embora não se explicitem de modo direto, conceitos como riscos e vulnerabilidade, tais como discutidos e aplicados por Fernando Rebelo (2004; 2010)⁴, estes estão contemplados nos processos de precariedade territorial que resultam das dinâmicas de desterritorialização trabalhadas por Rogério HAESBAERT (2004).

Estas ocorrem quando se verifica a perda de espaço, o encolhimento das opções territoriais ou qualquer outra forma de fragilização geográfica de comunidades coletivas ou de sujeitos individuais.

Pela natureza própria deste conceito, a desterritorialização tem sido um tema central na diégese de indústrias criativas como o cinema. Pelos pontos de vista dos realizadores, mas também pelo enfoque em precariedades espaciais inspiradas em acontecimentos factuais e reais, estes territórios cinematográficos aproximam-se dos espaços e das espacialidades vividas pelas populações e estudadas pelos geógrafos.

Enquanto representação, tratamento de dinâmicas geográficas e exposição de lugares, o cinema posiciona-se algures entre os vértices de um triângulo flexível formado por três objetivos essenciais - o entretenimento e outras metas funcionais, como a produção de mais-valias financeiras; a expressão criativa e artística; os objetivos político-ideológicos. Sendo quase sempre difícil o equilíbrio, dependendo da natureza de cada uma das obras, pode sentir-se que um filme se aproxima mais de um desses vértices e menos de outro.

Um filme quase nunca se mostra numa primeira leitura pois, no geral, esconde mensagens codificadas. Ainda assim, em *Still Life* e em *Home* estamos perante duas perspetivas pessoais na forma como o cinema se procura aqui aproximar do espaço dos geógrafos. Nestes trabalhos não se dissimulam as manifestações artísticas dos autores, mas também não se disfarça o papel de denúncia e alerta que estas obras promovem.

² Conferir entrevista de Ursula Meier em <http://cineuropa.org/ff.aspx?t=ffocusinterview&lang=en&documentID=87119&treeID=1635>, acessado a 28 de Junho de 2013.

³ Conferir nota anterior.

⁴ Citam-se aqui, naturalmente, estas obras apenas como referências e exemplos de um vasto universo bibliográfico dedicado por este autor ao estudo e aplicação destes conceitos.

Discutindo riscos potenciais e externalidades na forma como as comunidades humanas não acompanham muitas das dinâmicas espaciais, Jia Zhang-Ke e Ursula Meier acabam por representar algumas das territorialidades nas quais se expressam as vulnerabilidades da sociedade de risco referida por Ulrich BECK (1992).

O espaço geográfico é um território de relações e interações nem sempre consensuais. Dito de outra forma, o espaço geográfico será um território de múltiplos atores e de confronto de agentes com poderes assimétricos e territorialidades nem sempre compatíveis.

Tal como se demonstra em *Still Life* e *Home*, nestes territórios de conflitos, um dos focos essenciais estará na capacidade de resposta individual perante os desígnios das políticas estatais e das intervenções públicas descendentes.

Nestes dois filmes, as políticas do Estado são verticais e impositivas. As populações são representadas como recetoras de decisões longínquas, com escassa capacidade de resposta e sem acesso a canais de auscultação.

Tal como expresso em conceções como a teoria da justiça social, de John RAWLS (1999), os legítimos interesses individuais e das minorias devem ser conciliados com os também incontornáveis interesses coletivos. Este princípio remete para a obrigatoriedade de políticas expansionistas de desenvolvimento e progresso, como as que constroem barragens e rodovias rápidas, deverem ser acompanhadas por meios de auscultação das partes, participação ascendente mais ampla e atenuação das externalidades.

Neste ponto, as fragilizações espaciais resultam de conflitos entre as esferas pública e privada, mas também não é difícil encontrar linhas de fratura entre os próprios agentes privados. Por isso, algumas (in)justiças sociais revelam-se quer no espaço privado quer na forma como se apropria e gere o espaço público, domínios nos quais se expressam de forma evidente as desiguais relações de poder (VALENÇA, 2013).

Nestes e noutros casos, o planeamento e o ordenamento do território devem ser instrumentos de atenuação dos riscos de desterritorialização, para que as políticas públicas de desenvolvimento sejam fatores de inclusão e não de exclusão, e para que estes projetos impliquem participação e não um pretexto para meras imposições descendentes.

Bibliografia

- ALMEIDA, T. (2010) - *Processo de desterritorialização em doentes laringectomizados*. Relatório apresentado no seminário de Demografia, Mestrado em Saúde Pública, Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra.
- ANTUNES, S. (2010) - *Os processos de desterritorialização face a um internamento*. Relatório apresentado no seminário de Demografia, Mestrado em Saúde Pública, Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra.
- APPADURAI, A. (2004) - *Dimensões culturais da globalização*. Teorema, Lisboa.
- BADIE, B. (1995) - *La fin des territoires*. Fayard, Paris.
- BECK, U. (1992) - *The risk society. Towards a new modernity*. Sage Publications; London.
- DELEUZE, G. e GUATTARI, F. (1972) - *Capitalisme et schizophrénie. L'anti-Oedipe*. Minuit, Paris.
- DELEUZE, G. e GUATTARI, F. (1991) - *Qu'est-ce que la Philosophie?*. Minuit, Paris.
- FERNANDES, J. L. J. (2008) - "A desterritorialização como factor de insegurança e crise social no mundo contemporâneo", In: *I Jornadas Internacionais de Estudos sobre Questões Sociais*. AGIR - Associação para a Investigação e Desenvolvimento Sócio-Cultural, Póvoa de Varzim, pp. 423-447.

A desterritorialização enquanto risco antrópico. Análise a propósito da representação da insegurança nos filmes *Still Life* (2006) e *Home* (2008)

- FERNANDES, J. L. J. (2008) - “Implantação de projectos de desenvolvimento, desterritorialização e vulnerabilidade das populações: o caso da construção de barragens”. In: *Cuarto Encuentro Internacional sobre Pobreza, Convergencia y Desarrollo*, Eumed.Net, Universidad de Málaga.
- FERNANDES, J. M. L. (2013) - *Conflitos e processos de desterritorialização/reterritorialização. O caso dos refugiados*. Tese de 2º ciclo/Mestrado em Geografia Humana - Ordenamento do Território e Desenvolvimento, Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra.
- FRIEDMAN, T. L. (2005) - *O mundo é plano. Uma história breve do século XXI*. Actual Editora, Lisboa.
- FRIEDMANN, J. (1997) - *Empowerment. Uma política de desenvolvimento alternativo*. Celta Editora, Oeiras.
- GIDDENS, A. (1991) - *The consequences of modernity*; Stanford University Press, Palo Alto.
- GUATTARI, F. e ROLNIK, S. (1996) - *Micropolítica: cartografias do desejo*. Vozes, Petrópolis.
- HAESBAERT, R. (1995) - “Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados”. In: CASTRO, Elias de et al. - *Geografia: conceitos e temas*. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, pp. 165-205.
- HAESBAERT, R. (2004) - *O mito da desterritorialização*. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro.
- IANNI, O. (1992) - *A sociedade global*. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro.
- O'BRIEN, R. (1992) - *Global financial integration: the end of geography*. Pinter Publishers, London.
- OMRAN, A. R. (1971) - “The epidemiologic transition: a theory of the epidemiology of population change”. *Milbank Mem. Fund. Q.*, 49, pp. 509-38.
- ORTIZ, R. (1994) - *Mundialização e cultura*. Brasiliense, São Paulo.
- PNUD - PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (1994) - *Relatório do Desenvolvimento Humano 1994*. Tricontinental Editora, Lisboa.
- RAWLS, J. (1999) - *A theory of justice*. Harvard University Press, Cambridge.
- REBELO, F. (2004) - “O desabamento de 23 de Abril de 2003 na área da Fajã dos Cúberes (São Jorge) - breve notícia”. *Territorium*, Revista de Geografia Física Aplicada no Ordenamento do Território e Gestão de Riscos Naturais, nº4, pp. 68-71.
- REBELO, F. (2010) - *Geografia física e riscos naturais*. Imprensa da Universidade, Coimbra.
- SEN, A. (2003) - *O desenvolvimento como liberdade*. Gradiva, Lisboa.
- TUAN, Y.-F. (1980) - *Topofilia*. Difel - Difusão Editorial, S.A., São Paulo.
- VALENÇA, M. M. (2013) - “Justicia social y la utopía dialéctica: Discutiendo con Harvey sobre espacio público”. *Revista de Geografia e Ordenamento do Território*, nº 3, pp. 231-248.
- VAZ, A. M. C. (2011) - *Processo de desterritorialização e filiação ao lugar - o caso da Aldeia da Luz*. Tese de Mestrado em Geografia Humana - Ordenamento do Território e Desenvolvimento, Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra.
- VIRILIO, P. (1993) - *A inércia polar*. Publicações Dom Quixote, Lisboa.
- VIRILIO, P. (2000) - *Cibermundo: a política do pior*. Teorema, Lisboa.